

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE
SEGURANÇA DA UFSCAR - CPSeg**

Data e horário: 21/10/2025 às 9h

Link de acesso: <https://meet.google.com/gro-jzwg-dhi>

Secretária: Aparecida Regina Firmino Canhete

Presidência: Sr. Fábio Zuccolotto Ferreira

Representantes presentes: Sr.^a Marina de Aquino Ferreira; Sr. Alex Elias Carlino, Prof.^a Sabrina Helena Ferigato; Sr.^a Maiara Fernanda Peres; Prof.^a Paula Regina Serrão; Prof.^a Karina Martins; Prof.^a Kayna Agostini; Prof. Sérgio Henrique Evangelista; Sr. João Paulo Pedroso Ferreira, Sr. Pedro Henrique Lundquist de Souza Garcia e Sr.^a Maria das Graças Silva.

Convidadas(os): Sr. Claudmarcio Cota da Silva, Prof.^a Erica Pugliesi e Sr.^a Gabriela Strozzi.

1. APRECIÇÃO DE ATA

Aprovada por unanimidade a ata da 3ª Reunião Ordinária de 16 e 25/09/2025.

2. EXPEDIENTE

2.1 Comunicações

A Presidência comunicou que houve uma nova tentativa de corte na faixa afixada no alambrado da entrada Sul com os dizeres 'Sem anistia para golpistas! Democracia sempre!'. Prof.^a Paula Regina Serrão (ADUFSCar) explicou que a primeira faixa rasgada havia sido durante a semana e em horário comercial. As outras duas tentativas, uma com sucesso, foram realizadas aos finais de semana. Uma delas coincidiu com a invasão do Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues (CAJAR), mas ainda não havia identificação ou relação entre essas pessoas, somente que ambas filmaram as ações. Sr. João Paulo Pedroso Ferreira (DCE Sorocaba) comunicou que foi aprovada em Assembleia Geral uma moção de repúdio ao Movimento Brasil Livre (MBL), em virtude da situação envolvendo o CAJAR. Em vez de publicarem a nota na rede social, a entidade decidiu ir à Câmara Municipal oficial o vereador do partido, em Sorocaba, na intenção de dialogar uma mudança de postura do movimento. Prof.^a Paula ressaltou que a entidade também emitiu moção de repúdio à situação e em apoio ao CAJAR em tribuna e seguiria com a apuração dos casos. Prof.^a Sabrina Helena Ferigato (ProACE) retomou que estava em andamento o diálogo com o Centro de Culturas Indígenas (CCI) em relação à ocupação do espaço do Palquinho aos finais de semana, que acabavam se tornando pequenas festas, sem autorização da CPSeg, algumas, inclusive, com boletins de ocorrência, e além da meia-noite, horário determinado na normativa de festas e eventos. O Presidente explicou que a CPSeg tem recebido e autorizado solicitações sucessivas de festas. Mencionou que a UFSCar não tem condições técnicas de garantir a segurança em eventos consecutivos, pois há um quantitativo limitado de vigilantes, que são mobilizados para o espaço do evento, enquanto parte do *Campus* fica desguarnecido.

43 Embora não tenha tido ocorrências internas, era um motivo de preocupação essa
44 frequência. Propôs repensar, como a Prof.^a Sabrina já havia sugerido, uma limitação
45 mensal para eventos, no intuito de equacionar o problema. Seria necessário
46 estabelecer alguma regra para que isso seja viabilizado.

47 Sr. João Paulo explicou que o Conselho das entidades estudantis de Sorocaba,
48 voltado a eventos, tinha como preocupação organizar o calendário das festas para
49 que não haja concorrência de eventos entre atléticas, centros acadêmicos e
50 repúblicas. As festas no *Campus* de Sorocaba não haviam sido retomadas, mas
51 pautou ter esse intuito em 2026, por isso gostariam de entender essa proposta da
52 CPSeg, visando tanto divulgar essa decisão, como evitar esse conflito. Sugeriu o
53 lançamento de um edital para que as entidades pudessem se organizar e enviar suas
54 propostas, com estabelecimento de 2 (dois) eventos ao mês. Prof.^a Sabrina
55 mencionou que a CPSeg deveria estabelecer uma regularidade adequada para que a
56 vigilância institucional pudesse oferecer esse suporte. Apesar da construção e da
57 ampliação da segurança realizada pela Comissão, também comunicou que, com a
58 nova eleição do DCE, haveria o debate sobre a gestão de eventos no local do
59 Palquinho. Por isso seria necessária a inclusão de membros do DCE eleitos na
60 Comissão para alinhar essa discussão. Também concordou que o planejamento de
61 eventos poderia ser um edital semestral, porque poderia ocorrer de somente os
62 coletivos mais organizados se articularem, sendo que essa alternância é importante e
63 poderia constar como um dos princípios do edital, para a efetiva democratização dos
64 espaços, com um calendário mais flexível para escolha da data. Sr. Alex Elias Carlino
65 (Prefeitura Universitária) explicou que como gestor de contrato é um pouco delicado
66 deslocar os profissionais da vigilância para apoiar a segurança desses eventos,
67 porque isso permite que outras áreas fiquem desguarnecidas, já que o efetivo é
68 pequeno. Prof.^a Sabrina Ferigato, em consideração a colocação do Prefeito, propôs
69 que duas festas ao mês seria uma escolha razoável da Comissão, sempre mantendo
70 o horário limite à meia-noite para festas de pequeno e/ou grande porte no *Campus*
71 São Carlos. Como o discente João Paulo tinha dúvida a respeito do envio da
72 solicitação para eventos menores, explicou que festas realizadas na área interna de
73 departamentos/unidades, com até 150 (cento e cinquenta) pessoas, deveriam ter
74 autorização prévia da chefia/coordenação ou da Prefeitura Universitária para
75 realização do evento, que deveria ser somente comunicado à Comissão, para manter
76 no calendário interno e avisar a segurança. Já eventos realizados em área externa,
77 independente do número de pessoas, como Palquinho e Pátio da Biologia, deveriam
78 passar pelo trâmite de avaliação da Comissão.

79 Ficou encaminhado que, a partir do mês de novembro, serão autorizadas duas (2)
80 festas por mês no Palquinho e Pátio da Bio, ambos no *Campus* São Carlos, com
81 delimitação de horário até meia-noite. O GT Festas e Eventos se reuniria para
82 delinear uma proposta contendo a especificação de um plano para festas e a
83 identificação de espaços correlatos a estes nos demais *campi* da UFSCar.

84 3. ORDEM DO DIA

85 **3.1** Proposições e encaminhamentos para verificação, atualização ou elaboração de
86 Procedimentos Operacionais Padrão (POP), no âmbito da CPSeg, contemplando
87 situações como: casos de ameaça e/ou assédio; situações que envolvam violência
88 física; furtos; ataques virtuais; ocorrência com animais peçonhentos; ocorrência de
89 incêndio, e demais casos previstos no escopo de trabalho da CPSeg.

90 A Presidência explicou que na ausência de divulgação, atualização ou até mesmo de
91 elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), em 90% das ocorrências,
92 o Sr. Alex era acionado no WhatsApp, cabendo a ele encaminhar essa demanda.
93 Como tratava-se de situações relacionadas à segurança da instituição de forma
94 ampla, seria papel da Comissão entender quais protocolos seriam importantes de
95 verificar, atualizar e/ou elaborar o fluxo, de maneira padronizada. Sr.^a Marina de
96 Aquino Ferreira (CoC/CCBS) mencionou que servidores do CCBS (Centro de
97 Ciências Biológicas e da Saúde) estavam aguardando esse fluxo oficial da
98 Universidade, por causa de ocorrências registradas na área Norte nos últimos meses.
99 O Presidente precisou se deslocar para outro compromisso e a reunião foi conduzida
100 pela Prof.^a Sabrina, que indicou a continuidade da discussão de forma mais
101 aprofundada para a próxima reunião, prevista para 18 de novembro. Sr. João Paulo
102 sugeriu que essa discussão e as capacitações também pudessem ser estendidas às
103 entidades estudantis, visto que estudantes de Sorocaba, por exemplo, também
104 tinham experiência com a captura de animais peçonhentos. Prof.^a Erica Pugliesi,
105 Secretaria da Secretaria-Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS),
106 explicou que a unidade acabou assumindo um pouco esse papel, dentro de um
107 projeto de extensão de manejo da área do cerrado, após o incêndio de 2021, devido à
108 ausência de um órgão similar à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e
109 Assédio (CIPA), competência que envolveria a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
110 (ProGPe) e a Divisão de Segurança no Trabalho (DiST), que também devem fornecer
111 formações nessa área. Compartilhou que as capacitações da Embrapa já integram
112 essa questão de segurança física das pessoas com relação a atentados terroristas, na
113 capacitação dos brigadistas, enquanto prevenção, pois podem orientar as pessoas
114 quanto a rotas de segurança ou fuga. Reiterou o quanto era importante estender essa
115 formação e cuidado à comunidade, uma vez que a prevenção e a segurança devem
116 ser pensadas de forma coletiva. Sr. Pedro Henrique Lundquist de Souza Garcia (DCE
117 São Carlos) sugeriu que houvesse algum protocolo em caso de intoxicação alcoólica,
118 por ser uma ocorrência subestimada em eventos, que descreveria como e quando
119 acionar o serviço de saúde. Prof.^a Sabrina informou que a ProACE oferta capacitação
120 tanto em primeiros socorros de saúde em geral quanto em primeiros socorros em
121 saúde mental. O Departamento de Atenção à Saúde (DeAS) também oferece
122 semestralmente curso de primeiros socorros aberto à comunidade, mas há uma baixa
123 procura. Compartilhou que o protocolo do Sistema Único de Saúde (SUS) para
124 urgências e emergências seria acionar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
125 (SAMU), mas reiterou a importância da distinção entre uma crise e uma emergência,
126 de fato. Sr.^a Maria das Graças Silva (DCE São Carlos) mencionou que a Moradia
127 Estudantil, por ser um espaço vulnerável, já havia pensado em medidas de

128 segurança, como a catraca com reconhecimento facial e o uso de concertinas.
129 Recentemente havia ocorrido o furto de seu notebook pessoal. Também reiterou a
130 importância de estudantes terem acesso ao treinamento com animais peçonhentos,
131 porque as ocorrências eram muitas no local. Prof.^a Sabrina, em relação aos demais
132 POP, compartilhou a importância de compreender os limites institucionais, porque
133 compete à UFSCar desenvolver medidas educacionais, de responsabilização e de
134 mediação de conflitos. Explicou que casos de ameaça e/ou assédio ou situações que
135 envolvam violência física, o encaminhamento inicial seria a formalização da denúncia
136 na Ouvidoria, que aciona pelo menos três frentes de ação: o acolhimento em saúde
137 mental para vítimas em sofrimento; o acolhimento pedagógico, no caso de
138 estudantes, para evitar prejuízos acadêmicos; e o acolhimento jurídico, além da ação
139 da Coordenadoria de Gestão e Mediação de Condutas (CoGMeC). Já em relação à
140 pessoa que cometeu a agressão, quando envolve violência racial, de gênero ou
141 capacitismo, há o encaminhamento para o letramento junto à Secretaria Geral de
142 Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE). Situações que se configurem
143 enquanto crime, o caso é encaminhado à polícia. Prof.^a Erica Pugliesi sugeriu a
144 separação entre incêndio em áreas não urbanizadas e incêndios em edificações, por
145 serem situações que demandam protocolos diferentes. Prof.^a Kayna Agostini
146 questionou se não haveria um protocolo de emergência sanitária. Prof.^a Paula Serrão
147 citou o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Executivo de Vigilância em Saúde (NEVS),
148 que esteve vinculado ao Comitê Gestor da Pandemia.

149 Por fim, foi deliberado, por unanimidade, que a continuidade do debate ocorreria na
150 próxima reunião da Comissão, bem como a identificação de responsáveis para
151 colaborar em cada um dos protocolos.

152 Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi redigida por Sheila Assis de Castro,
153 secretária da CPSeg, e segue assinada por representantes da Comissão.